

## *O Cristão e as Autoridades Governamentais (13:1-7)*

Uma pergunta recorrente nos dias de Jesus era como o povo de Deus deve se relacionar com as autoridades civis. Numa ocasião, os inimigos de Jesus lhe perguntaram: “É lícito pagar tributo a César ou não?” (Lucas 20:22). Os judeus odiavam os romanos e detestavam pagar esses impostos, mas a pergunta que fizeram a Jesus era, na verdade, uma cilada. Se Cristo respondesse sim, Ele afastaria Seus seguidores judeus. Se dissesse não, Seus inimigos poderiam entregá-lo ao governador romano (v. 20). Então, Jesus pegou uma moeda e perguntou: “De quem é a efígie e a inscrição?” (v. 24a). “De César”, disseram eles. Então, Jesus recomendou: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (v. 25).

Os judeus não queriam “dar a César o que é de César”. Os romanos haviam feito muitas concessões ao povo hebreu e sua fé, mas ainda era latente a indignação nos corações dos judeus. Esse ódio cresceu, culminando na revolta dos judeus no ano 64 d.C., que resultou na destruição de Jerusalém no ano 70 d.C.

Quando Paulo escreveu para a igreja em Roma, por volta de 57 ou 58 d.C., essa indignação estava em ponto de fervura. Como já foi dito, havia judeus na igreja romana (2:17) — judeus que, sem dúvida, ainda guardavam rancores contra o governo romano. Os irmãos gentios certamente se solidarizavam com os judeus neste sentido. Roma havia expulsado judeus e cristãos de seu território alguns anos antes<sup>1</sup>.

Esses e outros fatores podem ter feito Paulo incluir o trecho que estamos estudando em sua carta

aos romanos. Outro possível fator é alguns cristãos pensarem que liberdade em Cristo (Gálatas 5:1) significa não estar sujeito a nenhuma lei, incluindo as leis de Roma. Paulo também poderia estar prevendo a perseguição, como a encabeçada por Nero alguns anos depois, e como isso afetaria as atitudes cristãs para com o estado.

Qualquer que tenha sido o motivo de Paulo — inspirado pelo Espírito — ele julgou importante incluir instruções sobre como uma pessoa salva pela graça deve se relacionar com as autoridades governamentais. Esse assunto também é mencionado em 1 Timóteo 2:1, 2; Tito 3:1 e 1 Pedro 2:13, 14, 17; mas Romanos 13:1–7 é a exposição mais extensa sobre o assunto no Novo Testamento. O texto não engloba todos os aspectos dessa relação nem responde todas as dúvidas que poderiam ser levantadas, mas constitui uma revelação importante sobre um assunto pertinente a todos nós.

Quando nos tornamos cristãos, fomos resgatados do domínio das trevas e transportados para o reino do Filho amado de Deus (Colossenses 1:13; NVI). Ainda somos cidadãos de um reino, uma nação terrena. Como devemos, então, nos relacionar com as autoridades civis? Quais são nossas responsabilidades? Que tipo de cidadãos Deus quer que sejamos? Essas perguntas são respondidas por Paulo em Romanos 13:1–7<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Nesse tempo, o governo romano não fazia distinção entre judeus e cristãos. Atos 18:2 menciona somente judeus, mas documentos seculares indicam que tanto judeus como cristãos foram expulsos de Roma.

<sup>2</sup>Alguns comentaristas sugeriram que Paulo não escreveu Romanos 13:1–7, mas que os versículos foram escritos por outra pessoa e inseridos na carta. Não há nenhuma prova em manuscritos que confirme isso. Trata-se de uma seção de instrução prática necessária a todo cristão, e poucos assuntos são mais práticos do que a obediência às autoridades.

## RECONHEÇA A AUTORIDADE!

(13:1, 2, 4, 6)

A passagem inicia com esta injunção: “Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores” (v. 1a). Antes de comentarmos esse mandamento e outros em 13:1–7, precisamos analisar toda a passagem para definir *por que* Paulo deu essa ordem radical.

### Um Princípio Geral

Paulo começou mostrando a base da obediência: “porque não há autoridade que não proceda de Deus” (v. 1b). As palavras “autoridades” e “autoridade” no versículo 1 são de *exousia*, que denota “o direito de exercer poder”<sup>3</sup>. Paulo usou *exousia* algumas vezes referindo-se a seres angelicais (Efésios 6:12), por isso alguns acreditam que o apóstolo tinha a mesma intenção aqui. Em outras passagens, porém, *exousia* refere-se a autoridades humanas (Lucas 12:11). Em Romanos 13:6 e 7 Paulo falou de pagar impostos a essas autoridades, por isso acredita-se que ele estava se referindo a autoridades humanas. A paráfrase de J. B. Phillips usou os termos “autoridades civis” e a VFL, “quem estiver no governo”.

Deduzindo que Paulo se referisse ao governo civil, prossigamos a leitura: “porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas” (v. 1b). “Instituídas” vem de *tasso*, que significa “colocar em ordem, arrumar”, “nomear”<sup>4</sup> ou “ordenar”. No versículo 4, vemos que as autoridades humanas são duas vezes chamadas de “ministros [servos] de Deus”. Isso pode parecer estranho ou extremo à primeira vista. Todavia, no capítulo 9 Paulo já havia enfatizado o domínio de Deus sobre os governantes terrenos ao citar o Faraó do Egito (vv. 16–18).

Paulo não foi o primeiro escritor ou orador bíblico a declarar que os governantes terrenos estão sujeitos à soberania universal de Deus. Falando em nome do Senhor, Salomão disse: “Por meu intermédio, reinam os reis, e os príncipes decretam justiça. Por meu intermédio, governam os príncipes, os nobres e todos os juízes da terra” (Provérbios 8:15, 16). Ciro, um governante persa pagão, foi chamado de “ungido” de Deus (Isaías 44:28; 45:1). Daniel disse ao rei babilônico Nabucodonosor que Deus “remove reis e estabelece reis”, que “o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens” (Daniel 2:21; 4:17). Quando Jesus foi levado ao tribunal perante Pilatos,

Ele disse ao governador romano: “Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada” (João 19:11a).

### Observações Gerais

Quando lemos essas afirmações inspiradas, perguntas inundam nossas mentes. Quanto aos governantes do passado e do presente, indagamos: Foi Deus quem os ordenou? Os reinos desses homens foram instituídos por Deus? Não podemos responder todas as perguntas, mas podemos fazer algumas deduções sobre Deus e as autoridades humanas.

1. *Deus instituiu as autoridades civis para o bem da humanidade.* Deus instituiu o lar (Gênesis 3) e a igreja (Atos 2), e Romanos 13 esclarece que Ele também foi o criador das autoridades humanas<sup>5</sup>. Ele instituiu a autoridade civil porque o povo *precisava* dela. Burton Coffman escreveu:

Sem... a autoridade constituída, o mundo inteiro afunda em caos e destruição. A desenfreada natureza humana é uma fera selvagem incansável e inquieta sob as restrições impostas pelo estado, estando sempre pronta para, na menor oportunidade, romper suas correntes e assolar o mundo com sangue e terror.<sup>6</sup>

Jack P. Lewis observou: “Qualquer forma de governo é preferível a anarquia”<sup>7</sup>. Podemos discordar do tipo de governo que é melhor e de quanto ou como precisamos dele, mas na certa concordamos com uma coisa: o princípio da autoridade civil é uma instituição divina.

O versículo 4 diz que as autoridades humanas são “ministro de Deus para teu [nosso] bem”. Phillips parafraseou assim esse trecho: “A autoridade é um servo de Deus para sua proteção”<sup>8</sup>. Além de nos proteger, as autoridades municipais, estaduais e federais nos proporcionam bem-estar com serviços que seriam difíceis ou impossíveis de obtermos sozinhos<sup>9</sup>.

2. *Toda autoridade civil existe porque Deus permite que ela exista.* Não podemos dizer que Deus é res-

<sup>3</sup>W. E. Vine, Merrill F. Unger e William White Jr., *Dicionário Vine*. Trad. Luis Aron de Macedo. São Paulo: CPAD, 2007, p. 426.

<sup>4</sup>Ibid..

<sup>5</sup>Especificamente quando e como Ele fez isso, não sabemos. Alguns comentaristas acreditam que Gênesis 9:1–7 fornece a base para a autoridade ou governo humano.

<sup>6</sup>James Burton Coffman, *Commentary on Romans*. Austin, Tex.: Firm Foundation Publishing House, 1973, p. 446.

<sup>7</sup>Jack P. Lewis, *Exegesis of Difficult Passages*. Searcy, Ark.: Resource Publications, 1988, p. 95.

<sup>8</sup>J. B. Phillips. *Cartas para Hoje — Uma Paráfrase das Cartas do Novo Testamento*. Trad. Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Edições Vida Nova, 1994.

<sup>9</sup>Acrecente comentários referentes à sociedade em que seus ouvintes vivem.

ponsável por algum regime terreno específico, mas podemos dizer que este só existe porque Deus o permite. No passado, o trecho de Romanos 13:1–7 foi deturpado por tiranos com o intuito de forçar a obediência inquestionável de seus súditos. Eles alegavam que seus regimes eram aprovados por Deus. Citavam Romanos 13 e diziam que os líderes da igreja deveriam endossar publicamente seus programas perversos. Paulo ensinou que Deus instituiu o princípio da autoridade humana, mas ele *não* ensinou que Deus coloca individualmente cada líder governamental na posição de poder.

O fato de Deus ter instituído a autoridade humana não significa que Ele aprova todos os governos. Deus instituiu o lar e isso não significa que Ele aprova todos os lares. Deus instituiu a igreja e isso não significa que ele aprova cada congregação (veja Apocalipse 2:4, 14, 20). Da mesma forma, nem todo governo tem o carimbo de aprovação divina.

Qualquer líder governamental que use Romanos 13:1–7 para insistir na obediência cega de seus cidadãos precisa reconhecer que o texto é uma faca de dois gumes, pois ele também afirma que as autoridades devem ser “ministros [servos] de Deus”. Servir implica responsabilidades, sobretudo quando se trata de servir ao Senhor!<sup>10</sup> Daniel 2:21 não só diz que Deus “estabelece reis”, mas também afirma que Ele “remove reis”. Essa idéia deve levar os governantes a muita reflexão.

3. *Deus pode usar até maus governos para consumir Seus propósitos.* Em algumas circunstâncias, Deus usou nações ímpias para realizar Seus propósitos. A Assíria foi o bordão de Deus para punir Israel (Isaías 10:5–12). A Babilônia foi usada pelo Senhor para punir Judá por suas iniquidades (Jeremias 25:9–11). Num caso mais positivo, Deus usou Ciro, da Pérsia, para libertar Judá do cativeiro (Isaías 44:28–45:7; Esdras 1:1–4). Esses exemplos mostram que Deus *pode* usar e às vezes *usa* autoridades civis repreensíveis. Nada podemos conjecturar além disso. Tudo o que sabemos é que, de alguma forma, Deus continua no controle dos governos do mundo. No fim, Seus propósitos serão todos cumpridos.

Visando esquivar-se da força desse ensino paulino, alguns tentam fazer uma distinção entre “bons governos” e “maus governos”. Dizem eles: “A exigência é que nos submetamos apenas aos bons governos”. É preciso ressaltar aqui o poder governante

nos dias de Paulo: nada menos que o Império Romano. Era um “bom governo”? Em alguns aspectos era bom<sup>11</sup>, mas se você conhece um pouco da história de Roma, sabe que o governo romano estava infestado de maldades e corrupção. À época em que Paulo escreveu, o imperador era Nero, a quem R. C. Bell classificou como “monstro desumano”, acusado de “matricídio”<sup>12</sup>. Mesmo assim, o apóstolo estava dizendo: “Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus” (Romanos 13:1a).

Sugerem alguns que Paulo era favoravelmente predisposto ao governo romano quando escreveu Romanos 13 porque ele era um cidadão romano e fora tratado com justiça pelas autoridades romanas — mas que, posteriormente, ele mudou de idéia. Tal hipótese é uma negação da inspiração divina e uma deturpação dos fatos. Esse palpite ignora o fato de que, antes de escrever Romanos, Paulo foi encarcerado e açoitado injustamente por autoridades romanas (Atos 16:22–24). De fato, por três vezes, ele foi açoitado com varas (2 Coríntios 11:25), um método romano de castigar. Além disso, a sugestão ignora o fato de que, mesmo depois de Paulo suportar quatro anos ou mais de cárcere imposto por autoridades romanas<sup>13</sup>, ele escreveu passagens como esta:

...exorto que se use a prática de súplicas, orações, intercessões, ações de graças, em favor de todos os homens, em favor dos reis e de todos os que se acham investidos de autoridade, para que vivamos vida tranqüila e mansa, com toda piedade e respeito (1 Timóteo 2:1, 2).

Lembra-lhes que se sujeitem aos que governam, às autoridades; sejam obedientes (Tito 3:1a).

Em meio à perseguição, outro apóstolo escreveu:

Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor, quer seja ao rei, como soberano, quer às autoridades, como enviadas por ele, tanto para castigo dos malfetores como para louvor dos que praticam o bem. Porque assim é a vontade de Deus, que, pela prática do bem, façais emudecer a ignorância dos insensatos;

<sup>11</sup>O conceito romano de justiça era bom, assim como era a tentativa de Roma de manter a paz por todo o império. As estradas romanas possibilitavam que se viajasse para todas as partes do império. Paulo aproveitou essas vantagens para espalhar o evangelho.

<sup>12</sup>R. C. Bell, *Studies in Romans*. Austin, Tex.: Firm Foundation Publishing House, 1957, p. 146.

<sup>13</sup>Paulo ficou encarcerado dois anos em Cesaréia (Atos 24:27) e pelo menos mais dois anos em Roma (Atos 28:30).

<sup>10</sup>Se quiser, inclua o seguinte comentário: mesmo que um governo não faça o que deve fazer (como ministro de Deus), isso não é desculpa para os cristãos não fazerem o que lhes é devido.

como livres que sois, não usando, todavia, a liberdade por pretexto da malícia, mas vivendo como servos de Deus. Tratai todos com honra, amai os irmãos, temei a Deus, honrai o rei (1 Pedro 2:13-17).

A mensagem concisa do Novo Testamento é que o cristão se esforce para ser um bom cidadão, independentemente de quem esteja revestido de poder político.

## RESPEITE AS AUTORIDADES! (13:1-5)

### A Regra

Tendo em mente que Deus instituiu os governos humanos, examinemos o texto. O versículo 1 diz no início: “Todo homem<sup>14</sup> esteja sujeito às autoridades superiores<sup>15</sup>” (v. 1a). “Esteja sujeito” vem de *hupotasso*, que é primariamente um termo militar e significa “ordenar para baixo” (*hupo*, “para baixo” e *tasso*, “ordenar”)<sup>16</sup>. Algumas traduções vertem *hupotasso* para “obedecer”. O vocábulo inclui obediência, mas o sentido é mais amplo; engloba “cooperação, lealdade e uma disposição para obedecer”<sup>17</sup>.

Assim como certas correntes de interpretação tentam fazer uma distinção entre “bons governos” e “maus governos”, também tentam distinguir “boas leis” de “más leis”. Por “más leis” referem-se geralmente às leis que não fazem sentido para eles ou que são inconvenientes, talvez até restritivas. Insistem eles: “Deus não espera que obedecemos a más leis”. De tempos em tempos todos nós nos exasperamos com leis e regras governamentais. Sentimo-nos sobrecarregados com as leis de trânsito, com as regras da construção civil e do imposto de renda e com a morosidade da documentação. Sentimo-nos sufocados pela burocracia política. Contudo, isso não nos dá o direito de fazer uma distinção pessoal entre “leis boas” e “leis más”. Em se tratando de lei, temos de obedecer a todas.

Existe alguma exceção a esse princípio básico? A única que reconhecemos é a proclamada por Pedro. Ele e João foram proibidos pelo Sinédrio judaico de ensinar ou pregar no nome de Jesus (Atos 4:18),

---

<sup>14</sup>“Homem” é a tradução de *psyche*, a palavra para “alma”. Como em 1 Pedro 3:20, *psyche* aqui se refere apenas às pessoas em geral.

<sup>15</sup>“Superiores” vem de *huperecho* (*huper*, “demais” e *echo*, “ter”).

<sup>16</sup>Vine, p. 1005.

<sup>17</sup>Bruce Barton, David Veerman e Neil Wilson, *Romans*, Life Application Bible Commentary. Wheaton, Ill.: Tyndale House Publishers, 1992, p. 246.

ordem essa que eles ignoraram. Quando foram arrastados de volta perante o Sinédrio, Pedro disse as clássicas palavras: “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens” (Atos 5:29). Como devemos aplicar esse princípio ao tema presente? Temos de obedecer às leis da terra, *desde que* elas não entrem em conflito com as leis de Deus. Uma série de exemplos pode ser citada. No Antigo Testamento, Sadraque, Misaque e Abeneneço se recusaram a curvar-se perante uma imagem de ouro (Daniel 3) e Daniel ignorou o edito real para todos orarem somente ao rei (Daniel 6). Na época do Novo Testamento, Antipas foi martirizado porque se recusou a negar a fé (Apocalipse 2:13).

Duas verdades devem ser salientadas antes de concluirmos esta análise. Primeiramente, quando “obedecemos a Deus e não a homens”, temos de estar preparados para sofrer as conseqüências. Consideremos o que aconteceu com os apóstolos e as personagens acima citadas. Em segundo lugar, a menos que sejamos escrupulosos cumpridores da lei, quando optarmos por “obedecer a Deus e não a homens”, nossos atos não serão vistos como expressões de livre escolha, mas como provas contundentes de que somos agitadores. Pedro escreveu: “Não sofra, porém, nenhum de vós como assassino, ou ladrão, ou malfeitor, ou como quem se intromete em negócios de outrem; mas, se sofrer como cristão, não se envergonhe disso; antes, glorifique a Deus com esse nome” (1 Pedro 4:15, 16).

A regra, então, é esta: desde que a lei local, estadual ou federal não viole uma das diretivas divinas, obedeça. É uma lei ilógica? Obedeça. É contraditória? Obedeça. Demonstra favoritismo a certo segmento da sociedade? Obedeça. Jimmy Allen escreveu: “O que devemos considerar em primeira instância não é se ‘a lei é ruim’, mas se obedecer a essa lei viola a palavra de Deus (Atos 4:19). A menos que tenha sido elaborada para a prática do mal, os discípulos devem se sujeitar a toda lei, mesmo que ela resulte em privações para si mesmos”<sup>18</sup>.

### As Razões

1. *Porque foi Deus quem instituiu as autoridades governamentais humanas.* Por que devemos “nos sujeitar às autoridades superiores”? Já salientamos a primeira razão: foi Deus quem instituiu os governos humanos. “Porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe

---

<sup>18</sup>Jimmy Allen, *Romans, The Clearest Gospel of All*. Searcy, Ark.: Autor Independente, 2005, p. 266.



à autoridade resiste à ordenação de Deus” (Romanos 13:1b, 2a). Deixar de se sujeitar às autoridades humanas é, por extensão, resistir ao próprio Deus.

A palavra “resistir” vem de *antitasso* (*anti*, “contra” e *tasso*, “ordenar”). Essa é a terceira ocorrência de *tasso* (“ordenar”, “instituir”) no capítulo 13. Deus “ordenou”, “instituiu” as autoridades humanas. No que diz respeito às autoridades civis, temos de estar sujeitos à “ordenação” (*tasso*) delas, pois são de Deus. Recusar-se a isso significa ir contra a ordenação (*tasso*) divina. Coffman observou:

Cristo jamais levantou um tumulto, organizou uma passeata, criticou o governo, ou participou de insurreições de judeus contra Roma... Embora seja verdade que seus santos ensinamentos tenham exercido as mais profundas influências no curso da história, Sua influência sempre agiu como fermento e não como dinamite.<sup>19</sup>

2. *Para evitar castigo*. Paulo citou uma segunda razão para nos sujeitarmos às autoridades civis: evitar castigo. “E os que resistem trarão sobre si mesmos condenação” (v. 2b). “Condenação” vem de *krima*, “julgamento”. A VFL diz: “E os que agem assim vão trazer *castigo* sobre si mesmos” (grifo meu). O versículo a seguir indica que Paulo se referia primariamente ao castigo aplicado pelas autoridades civis, mas certamente não podemos excluir o castigo divino, visto que os desobedientes, nesse caso, são rebeldes contra uma instituição ordenada por Deus.

Paulo deu continuidade à sua linha de raciocínio no versículo 3: “Porque os magistrados não são para temor [*fobos*], quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer [*fobos*] a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela”. A paráfrase de J. B. Phillips diz: “Se você deseja evitar essa preocupação, simplesmente tenha uma vida de obediência à lei”. Como regra geral, até governos maus gostam de bons cidadãos.

Paulo acrescentou: “visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem” (v. 4a). “Ministro” vem de *diakonos*, “servo”, termo usado para descrever as funções de diácono, evangelista e outros trabalhadores na igreja (Romanos 12:7; 1 Timóteo 3:10, 13; 4:6). Obviamente, as autoridades civis não são “um ministro de Deus” no mesmo sentido dos trabalhadores acima mencionados. Diáconos e outros obreiros da igreja estão cientes de que servem a Deus, e fazem isso espontaneamente. As autoridades civis, porém, geralmente não têm consciência de

que são ministros de Deus e não tomaram a decisão de funcionar dentro dessa capacidade. Todavia, — querendo ou não — segundo o inspirado apóstolo, todo governo humano é um servo do Senhor, “um ministro de Deus para o [nosso] bem”.

Muitos podem contestar: “Paulo não estava ciente de como as autoridades civis podem ser injustas e de quantas vezes elas não são ministros para o bem e sim *do mal*?” Com certeza, Paulo estava plenamente ciente de que os guardiões da justiça podem ser e muitas vezes são incoerentes.

- Em Corinto ele foi tratado injustamente pelo procônsul romano Gálio (Atos 18:12–16); mas antes disso, em Filipos, ele já havia sido maltratado por autoridades romanas (Atos 16:19–39).
- Mais tarde, em Jerusalém, soldados romanos o resgataram de um tumulto homicida conduzido por judeus (Atos 21:27–36); mas ele passou dois anos num cárcere romano em Cesaréia (Atos 24:27) por não ter subornado um oficial romano corrupto (Atos 24:26).
- Depois de tudo isso, a cidadania romana do apóstolo salvou-o da morte por mãos de judeus quando apelou para César (Atos 25:9–12). Contudo, (segundo a tradição não-inspirada) finalmente uma espada romana tirou-lhe a vida, decapitando-o. (O martírio de Paulo foi previsto em 2 Timóteo 4:6–8.)

Tendo passado por tais experiências, por que Paulo disse que a autoridade civil “é ministro... para o bem”? Porque essa é uma *generalização*. A regra geral é que os governos recompensem o bom comportamento e punam o mau comportamento; essa é uma prerrogativa deles. Governos que tentam operar com base em qualquer outro critério não duram muito tempo.

Retomando o versículo 4, lemos: “Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal” (v. 4b). O capítulo 12 enfatizou que não devemos nos vingar, mas deixar isso nas mãos de Deus (veja 12:19). Uma das maneiras de Deus castigar ou punir o mal nesta vida é por meio dos tribunais públicos.

As palavras “não é sem motivo que ela traz a espada” significam que as armas usadas pelos representantes da lei não eram apenas para mera exibição. Certo professor, falando das espadas dos soldados, disse: “Eles não as usavam para passar manteiga no pão”. A espada podia ser, e era, usada para deter o

<sup>19</sup>Coffman, pp. 447–48.

mal. Isto indica que é coerente com a ordenação divina as autoridades usarem o que às vezes denominamos “força”. Uma lei sem meios que a imponham não passa de um bom conselho<sup>20</sup>.

Considerando que Paulo está tratando da questão de punir ou castigar o mal, alguns estudiosos deduzem que o versículo 4 confirma que Deus aprova a pena capital. A palavra “espada” (*machaira*) ocorreu antes na carta aos romanos (8:35), e observamos que o termo tinha uma conotação sinistra, que remetia à morte e execução violenta. James Denney escreveu: “Era um hábito levar consigo a espada, senão ao lado, diante dos magistrados superiores, e ela simbolizava o poder que tinham nas mãos sobre a vida e a morte”<sup>21</sup>. Lewis observou: “A espada era símbolo de autoridade”, mas “juntamente com ela ia... o poder de reforçar a pena de morte”<sup>22</sup>. Quando lemos uma passagem, uma das primeiras perguntas que devemos fazer é: “O que isso significava para os primeiros leitores desse texto?” Em relação a Romanos 13:4, Bob E. Adams concluiu que o direito de executar malfetores “seria... o sentido mais natural que os leitores de Paulo atribuiriam ao texto”<sup>23</sup>.

Há muito tempo, Deus deu uma ordem universal a Noé: “Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu” (Gênesis 9:6a). Esse princípio faz parte da lei de Moisés (Êxodo 21:12) e Romanos 13 indica que ele é compatível com o Novo Testamento. Isto não resolve todas as dúvidas relativas à pena de morte: “Se ela é o meio de intimidação mais eficaz ou o meio de punição mais justo”<sup>24</sup>. Desse ponto de vista, segundo Romanos 13:4, o princípio da punição através da morte aplicada pelo estado não é contrário à vontade de Deus.

A esta altura, surgem outras perguntas alarmantes. Deus autorizou as autoridades civis a usarem de força para punir o mal, mas pode um *cristão* administrar essa força? Em outras palavras, pode um cristão ser um oficial político? Pode um cristão ser um policial ou um soldado? No passado, muitos cristãos di-

riam não. Hoje, muitos (talvez a maioria) diria sim. Acreditamos que, nessa questão, todos nós sejamos influenciados muito mais pelos acontecimentos que presenciamos do que pelo que o Novo Testamento diz. Com o passar dos anos, ficou a cargo da consciência individual de cada cristão decidir qual é a vontade de Deus para si nessa questão. (Romanos 14 enfoca como devemos tratar companheiros cristãos que possuem opinião diferente da nossa.)

Poderíamos empregar inúmeras páginas para debater questões polêmicas como essas, mas elas têm pouco a ver com a idéia principal exposta por Paulo em Romanos 13:4. Paulo estava enfatizando que uma das razões para obedecermos às leis da terra é que seremos punidos se desobedecermos.

3. “*Por dever de consciência.*” E se você tem certeza de que pode desobedecer a uma lei sem ser pego nem punido? Paulo incluiu essa possibilidade no versículo 5: “É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência”. A consciência é aquela faculdade mental dada por Deus a cada ser humano para ajudá-lo a distinguir entre o certo e o errado<sup>25</sup>. Alguns obedecem aos limites de velocidade só por medo de uma multa; outros pagam o imposto de renda só por medo de serem processados. Paulo disse que devemos obedecer às autoridades, “não apenas porque isso é mais seguro, mas porque é o que *se deve fazer*” (Romanos 13:5; J. B. Phillips; grifo meu) — porque é o que *Deus* quer que façamos. Assim como Paulo, devemos nos esforçar “por ter sempre consciência pura diante de Deus e dos homens” (Atos 24:16).

## INTERAJA COM AS AUTORIDADES!

(13:6, 7)

Nos versículos 1 a 4, Paulo mostrou princípios gerais concernentes à relação do cristão com as autoridades governamentais: devemos obedecer às leis da terra; devemos ser bons cidadãos. Nos versículos 6 e 7, o apóstolo apresentou diretrizes específicas de tudo o que a boa cidadania requer.

### Pague seus impostos

O versículo 6 diz: “Por esse motivo [porque as autoridades humanas foram instituídas por Deus], também pagais tributos [de *foros*], porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço”. “Ministros” vem de uma palavra diferente da citada no versículo 4; deriva de uma forma plural de

<sup>20</sup> Adaptado de Alva J. McClain; citado em Jim Townsend, *Romans: Let Justice Roll*. Elgin, Ill.: David C. Cook Publishing Co., 1988, p. 90.

<sup>21</sup> James Denney, *St. Paul's Epistle to the Romans*, em *The Expositor's Greek Testament*, vol. 2. Londres: Hodder e Stoughton, 1901; reimpressão, Grand Rapids, Mich.: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1979, p. 697.

<sup>22</sup> Lewis, p. 96.

<sup>23</sup> Bob E. Adams, “Responsible Living in Community Setting (Romans 12–16)”, em “Studies in Romans”, *Southwestern Journal of Theology* 19. Outono [norte-americano] de 1976, p. 63.

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> Recapitule a exposição sobre consciência na lição “Os Gentios, a Consciência e o Trabalho Missionário (2:14, 15)”.

*leitourgos*, “uma palavra geralmente reservada para aqueles que prestam serviço de natureza clerical”<sup>26</sup>. A palavra denota “governantes terrenos, os quais, ainda que não atuem conscientemente como servos de Deus, desempenham funções que são a ordenança de Deus”<sup>27</sup>.

“Atendendo, constantemente, a este serviço” (v. 6b) refere-se ao que Paulo disse (ou deixou implícito) que os governos humanos devem fazer: proteger seus cidadãos e prover serviços que os cidadãos não poderiam prover para si mesmos. Porque as autoridades governamentais foram instituídas por Deus e porque os trabalhadores do governo (num sentido) cumprem o propósito de Deus, devemos pagar os impostos. John R. W. Stott observou que há divergência de opinião quanto até que ponto precisamos do governo, “no entanto, todos concordam que existem certos serviços que o estado tem de prover e que estes têm o seu custo, o que torna necessários os impostos”<sup>28</sup>.

A admoestação para pagarmos os impostos não ocorre impensada ou subitamente no texto. Nos versículos anteriores, Paulo estabeleceu o fundamento para essa conclusão. Conforme já observamos na introdução, os judeus odiavam pagar impostos a Roma. Contudo, Paulo insistiu que isso precisava ser feito. Se não pagamos os impostos, além de enganar o governo e sonegar a nossa parte, estamos desobedecendo a Deus.

Outra contestação comum é: “Mas se eu pago os impostos, estou apoiando as atividades erradas em que o governo se envolve!” Recordemos o que Jesus disse: “Dai, pois, a César o que é de César” (Lucas 20:25). Paulo também estava falando primariamente dos impostos pagos ao Império Romano — um governo pagão, cheio de corrupção política e oficiais que se apropriavam indevidamente das verbas do estado. Mesmo assim, tanto Jesus como Paulo disseram que os impostos devem ser pagos. Nossa responsabilidade é pagar os impostos; a dos oficiais é gastar o dinheiro sabiamente. Se eles não cumprem com suas responsabilidades, isso não é desculpa para não cumprirmos com as nossas.

Paulo reforçou essa idéia no versículo 7. O versículo começa dizendo: “Pagai a todos o que lhes é

devido”. No contexto, “todos” refere-se às autoridades governamentais — desde as menores até as maiores, desde a menos importante até a mais importante. “Pagai” no grego é a mesma palavra usada por Jesus ao dizer: “dai a César o que é de César”.

“Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto” (v. 7a, b). “Tributo” vem de *foros*, termo usado no versículo 6 e na pergunta feita por Jesus em Lucas 20:22. *Foros* significa “tributo pago por uma nação subjugada”<sup>29</sup>. “Imposto” vem de *telos*, que, “em seu sentido secundário”, significa “o que é pago para fins públicos, taxa”<sup>30</sup>. É difícil distinguir um termo grego do outro. Paulo provavelmente usou ambos para englobar todas as arrecadações: taxas públicas e impostos embutidos. A mensagem é inequívoca: os cristãos devem pagar os impostos.

### Mostre Respeito pelos Agentes do Governo

Paulo, a seguir, acrescentou um requisito que, para alguns, é mais desafiador do que pagar os impostos: “a quem [é devido] respeito, respeito; a quem [é devida] honra, honra” (v. 7c). “Respeito” é tradução de *fobos*, termo com vários sentidos, usado nos versículos 3 e 4 para temer a punição; aqui, porém, a ênfase é diferente, daí a opção acertada pela versão “respeito”. “Honra” vem de *time*, considerar algo valioso.<sup>31</sup> Tenhamos em mente, neste contexto, que Paulo estava se referindo aos agentes ou funcionários do governo.

Uma última contestação pode ser registrada: “Mas não posso mostrar respeito por certos funcionários públicos e me *recuso* a honrá-los”. Novamente, convém lembrar que Paulo estava falando de funcionários do governo romano, muitos dos quais eram excessivamente corruptos e imorais. Quando Pedro disse: “Tratai todos com honra, amai os irmãos, temei a Deus, honrai [*time*] o rei” (1 Pedro 2:17), ele se referia a Nero, o imperador romano pagão. Dizem que quando não se pode respeitar o homem, respeita-se pelo menos a posição que ele ocupa<sup>32</sup>.

Antes de encerrarmos o comentário do versículo 7, precisamos observar que a instrução se aplica legitimamente a outras figuras de autoridade — como pais, funcionários da escola, patrões, presbíteros e maridos. Em toda sociedade, há pessoas que

<sup>26</sup>D. Stuart Briscoe, *Mastering the New Testament: Romans*, The Communicator’s Commentary Series. Dallas: Word Publishing, 1982, p. 232. Uma forma verbal de *leitourgos* é traduzida por “culto racional” em Romanos 12:1.

<sup>27</sup>Vine, p. 791.

<sup>28</sup>John R. W. Stott, *A Mensagem de Romanos*. Trad. Silêda e Marcos D. S. Steuernagel. Série A Bíblia Fala Hoje. São Paulo: ABU Ed., 2000, p. 420.

<sup>29</sup>Vine, p. 1037.

<sup>30</sup>Ibid.

<sup>31</sup>Vine, p. 694.

<sup>32</sup>Em Atos 23:1–5, Paulo mostrou respeito pela posição do indivíduo quando não pôde respeitar o homem.

não respeitam ou que pouco respeitam as autoridades. A essas, Paulo disse: “Pagai a *todos* o que lhes é devido: ...a quem respeito, respeito; a quem honra, honra” (grifo meu).

### CONCLUSÃO

Como resumiremos o ensino de Paulo em Romanos 13:1–7? William Barclay resumiu a passagem assim:

Paulo via no estado um instrumento a serviço de Deus, o qual protegia o mundo do caos. Aqueles que administravam o estado estavam desempenhando a parte deles nessa grande tarefa. Conscientes ou não dessa verdade, estavam fazendo o trabalho de Deus e era dever do cristão ajudá-los e não impedi-los<sup>33</sup>.

Evidentemente, Paulo não esgotou aqui o assunto da relação do cristão com as autoridades governamentais em Romanos 13:1–7. Por exemplo, nessa passagem ela não mencionou o dever de orarmos pelos governantes como fez em 1 Timóteo 2:1, 2. Considerando essas duas passagens, dizem que as responsabilidades básicas do cristão para com o governo são “orar, orar e obedecer”. Qualquer envolvimento além desse é deixado por conta da consciência de cada um.

### NOTAS PARA PREGADORES E PROFESSORES

Esta lição pode ser encerrada com a ênfase de que fazer parte do reino de Deus é mais importante do que fazer parte de qualquer organização política terrena. Uma pessoa se torna parte do reino de Deus (a igreja) nascendo da água e do Espírito (João 3:3,

---

<sup>33</sup>Barclay, p. 174.

5). Isso acontece quando somos imersos em água, sendo “sepultados” em Cristo Jesus (veja Atos 2:38; Romanos 6:3, 4). Nessa hora, Deus “nos transporta para o reino do Seu Filho amado” (Colossenses 1:13; NVI).

Um título alternativo para esta lição seria: “Seja um bom cidadão” ou “Exemplo de cidadania”. Romanos 13:1–7 pode ser esboçado da seguinte maneira: 1) obediência ao governo (vv. 1, 2), 2) objetivos do governo (vv. 3–5) e 3) obrigações do governo (vv. 6, 7)<sup>34</sup>.

No ambiente de uma sala de aula, em vez de concentrar-se no governo civil, pode-se falar das autoridades em geral, usando o título “Respeito pelas autoridades” (veja comentários sobre 13:7). Briscoe intitulou seus comentários sobre este texto de “A atitude cristã para com as autoridades”, com os subtópicos: 1) “Os princípios da autoridade”, 2) “O propósito da autoridade” e 3) “Os problemas da autoridade”<sup>35</sup>.

Coy Roper comentou Romanos 13 num sermão intitulado “Como viver num mundo hostil”, com os subtópicos: 1) “Para com o governo: respeito” (vv. 1–7); 2) “Para com o próximo: amor” (vv. 8–10); 3) “Para com o mundo: pureza” (vv. 11–14)<sup>36</sup>.

Visto que Romanos 13:5 cita “o dever da consciência”, esse seria outro bom lugar para uma lição ou sermão geral sobre a consciência. Embora Romanos 14 não use a palavra “consciência”, pode-se incluir versículos desse capítulo nos comentários.

---

<sup>34</sup>Adaptado de Townsend, p. 89.

<sup>35</sup>Briscoe, pp. 231–36.

<sup>36</sup>Coy Roper, sermão pregado na igreja de Cristo Walnut Grove, Savannah, Tennessee, no dia 12 de novembro de 2000.

© Copyright 2005, by A Verdade para Hoje  
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS